



## Violência primitiva *versus* violência modelada

JOICE BERNASKI<sup>1</sup>

**Resumo:** A violência é instintiva nos homens e nas mulheres. Segundo Robert Muchembled (2012), ela é um elemento intrínseco a própria existência humana. Partindo dessa premissa, podemos afirmar que todas as sociedades são atroz, porque a violência está contida em nós. De acordo com Maria da Graça Blaya Almeida (2010), o que a distingue, é a forma que cada sujeito trabalha com a sua própria agressividade. Nessa perspectiva, as práticas de violência podem ser interpretadas por meio de dois conceitos como, o ego primitivo e o ego de sublimação. O primeiro explica as práticas de agressividades, pulsões rudimentares que causam prejuízos corporais e psicológicos a alguém. O ego de sublimação se traduz no amadurecimento do ego primitivo, ou seja, numa transformação das pulsões originárias. O ponderamento do mesmo pode ser decorrente de vários fatores em que as práticas de violência se convertem em ações mais passivas. O sujeito pode reconhecer a necessidade de um apaziguamento das suas práticas instintivas destruidoras ou é coagido a praticar tais ações. Essas práticas de transformações do ego, não deixam de ser o exercício de violência. O diferencial é que elas são consideradas como violência desejada. Uma possibilidade do amadurecimento do ego pode ocorrer pelo processo educacional adotado pelas distintas culturas em diversos contextos históricos, as quais fazem uso de diversificadas práticas e metodologias para transformá-lo de ego primitivo em ego de sublimação. Considerando que as práticas educacionais foram estabelecidas em todas as culturas, e nas mais distintas temporalidades históricas para modelar as ações primitivas, esse trabalho tem por objetivo estudar as práticas educacionais que ocorreram no interior da cultura dos não indígenas e dos Kaingang em meados do século XIX, tendo como base o aldeamento de São Jerônimo da Serra. A partir desse estudo interpretaremos como se processaram as distintas formas e práticas do amadurecimento do ego dos sujeitos no interior dessas diferentes culturas, que supostamente tinham a finalidade de canalizar a violência dentro da sua fronteira cultural.

### Introdução

Num primeiro momento, iremos abordar sobre alguns aspectos que caracterizam a prática da violência. Na sequência, vamos discutir sobre violência primitiva e a violência modelada, e as suas atribuições. Posteriormente, explanaremos que todas as culturas modelam o sujeito pela educação formal e informal. Com base nessa perspectiva, apresentaremos que a sociedade Kaingang no século XIX também modelou os integrantes, de acordo com os seus princípios culturais.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Centro Oeste-Unicentro/Paraná. Mestre em História.

E, por último, abordaremos sobre o território dos Kaingang nas terras ao Norte do Paraná no século XIX, para ilustrar que os Kaingang não nascem Kaingang, mas tornam-se com o processo de uma passagem de uma violência primitiva para a modelada, de acordo com os seus princípios culturais.

### **Conceituando Violência**

A violência é histórica, “é de todos e está em todos” (GIRARD, 1900, p. 10). Nós não nascemos seres generosos, gentis, prestativos, somos egocêntricos, cheios de impulsos instintivos marcados pela violência. Ela é um elemento “intrínseco a própria existência humana” (MUCHEMBLED, 2012, p.13). Partindo dessa premissa, podemos afirmar que todas as sociedades são atroz, porque a violência está contida em cada ser humano.

O que distingue, “é a forma que cada sujeito trabalha com a sua própria agressividade” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Alguns possuem mais elementos psicológicos para controlá-la, outros a afloram com mais intensidade, expressando pulsões rudimentares, causando prejuízos corporais ou psicológicos a um sujeito ou grupo.

Não é fácil defini-la de forma profunda e detalha, porque ela está presente em todos os espaços sociais e caracterizada de distintas formas, impregnada nas práticas culturais cotidianas de todos os seres humanos. Seus resultados produziram sociedades patológicas, corruptas, desiguais, entre outros adereços negativos, que evidenciam que as sociedades foram construídas pela prática da violência. Ela produziu Reinos, Impérios, Estados, entre outras construções políticas administrativas.

A violência praticada pode ser de ordem coletiva ou particular. A coletiva pode ser praticada por um grupo em relação a outro. Também pode ser executada por um Estado em relação aos seus habitantes, ou em detrimento de uma organização política pela outra. A violência também pode ser exercida como um mecanismo de defesa ou auto-afirmação contra alguém, pois por algum motivo o indivíduo que a pratica se sente inseguro.

Ela pode ser física, quando alguém causa ou tenta causar dano por meio da força física, causando lesões internas, externas ou ambas. Ou ser psicológica, que inclui todas as ações ou omissões que causam ou visam causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa (ALMEIDA, 2010, p. 31), ou seja, nesse caso, os seus resultados serão maléficos.

### **Violência benéfica**

Numa outra perspectiva de conceituação de violência, podemos abordar sobre violência benéfica, por exemplo, a praticada pelos pais em relação aos filhos, na cobrança de atividades escolares e nas atividades do cotidiano, entre outras obrigações que os pais consideram necessárias. A prática dessa violência pode gerar resultados produtivos, pois a sua prática possui uma intenção positiva.

A prática da violência seja ela com a intenção benigna ou maléfica, produzirá resultados do emissor ao receptor, o diferencial estará na recepção dessa violência pelo receptor, o qual a interpretará de acordo com as suas razões, que julga o nível da violência recebida, e a partir disso deferirá resultados positivos ou negativos.

A violência ainda pode ser classificada como legítima ou ilegítima. Podemos abordar que, do ponto de vista institucional, a violência legítima, é aquela praticada pelas instituições, pois está legalizada por leis. A lei, filosoficamente falando, nada mais é do que, a injeção de uma dose de violência legal para conter a violência considerada ilegítima pelo Estado, a qual está distribuída nos órgãos estatais dos ministérios, secretarias, polícias, escolas, entre outros órgãos, que controlam, moldam, disciplinam, reprimem e punem os indivíduos de acordo com as suas funções específicas pautadas em leis.

### **Violência primitiva e modelada**

A violência pode ter característica primitiva ou modelada. A primitiva está impressa no ego, definido pela sua individualidade ou personalidade, que “é uma combinação de herança genética com as influências familiares iniciais e as circunstâncias da vida posterior de cada um” (ALMEIDA, 2010, p. 17). No processo de crescimento da criança, o ego passa a ser modelado, onde a violência primitiva passa a ser moldada pela família, Estado e por todos os espaços sociais que o sujeito frequenta, adquirindo os costumes, os hábitos e os padrões pertinentes a esse meio social. Todas as culturas praticam a violência. E cada cultura modela o sujeito como seus adereços culturais.

A educação é um dos dispositivos de modelação social.

*O processo educacional pode ser considerado como uma forma de violência, visto que ele procura ordenar e adequar pulsões direcionando-as, organizando condutas e pensamentos, através da ética, da moral, regras e normas, de modo a civilizar o sujeito para sua própria preservação e convívio coletivo (ALMEIDA, 2010, p. 7).*

A educação é um dos caminhos para a modelação do sujeito, ou seja, a transformação da violência primitiva na modelação do ego, onde todas as culturas a praticam. Ela pode constituir caráter formal, ser ministrada nas instituições federais, estaduais, municipais, como nas escolas, institutos tecnológicos e nas universidades. Como também, ser transmitida pela educação informal na prática do cotidiano, em ambientes de trabalhos, nas praças, nas ruas, festas, igrejas, ambientes familiares, etc, todos esses lugares moldam e controlam a personalidade do sujeito de acordo com as suas regras, práticas, hábitos culturais, etc.

### **Violência na sociedade Kaingang**

Na sociedade Kaingang esse processo também ocorria, à transformação de um ego primitivo para um ego modelado, através das práticas culturais ocorridas no cotidiano. A educação na sociedade Kaingang era transmitida a todos e ensinada por todos. A criança ia junto com a sua mãe buscar taquara para a confecção do artesanato, onde estava absorvendo

um conhecimento como se fosse transmitido em sala de aula. Ela também ia pescar com o seu pai, e desse modo estava dialogando sobre os saberes da cultura indígena.

Os Kaingang transmitiam conhecimento aos seus filhos através da oralidade (CLAUDINO, 2013, p. 67), “que era uma prática milenar própria, adquirida desde os tempos imemoriais”, onde os integrantes de cada horda ameríndia se sentavam para ouvir os sujeitos mais velhos falarem sobre os saberes da cultura indígena, como o conhecimento dos seus ancestrais. Essas práticas modelavam e transformavam o ego e a personalidade dos Kaingang aos respectivos princípios culturais dos mesmos.

A transmissão de saberes era feita no intercâmbio do dia a dia, através de contatos pessoais. Era sempre possível “aprender algo novo em qualquer tipo de relação social, isto fazia de qualquer indivíduo um agente de educação tribal, mantendo vivo o princípio de que todos educavam a todos” (BECKER, 1992, p. 78-79). Dentro da cultura Kaingang o sujeito não nascia Kaingang, tornava-se, por meio de um processo de educação, regido por uma violência moderada, processada no território dos Kaingang nas terras ao Norte do Paraná.

O território Kaingang se originou na disputa entre várias etnias ameríndias. É provável que os “Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e dos Xokleng” (MOTA, 2009, p. 84). A proximidade desses sítios das regiões sociais dos Kaingang e dos Xokleng nos permite interpretar, que possivelmente disputaram o monopólio do poder por aquelas terras para estabelecerem a sua organização social simbólica no espaço.

Com o decorrer do tempo, gradativamente, novas disputas foram travadas entre as distintas regiões ameríndias. Os Guarani começaram a reivindicar o monopólio do poder sobre aquelas terras, à medida em que “iam conquistando os vales e os rios” (MOTA, 2009, p. 84) e avançando nas terras já ocupadas por outras regiões ameríndias; “os Kaingang iam sendo empurrados para o centro sul do Estado ou sendo confinados nos territórios interfluviais, e os Xokleng foram sendo impelidos para os contra-fortes da Serra Geral, próximos do litoral” (MOTA, 2009, p. 84).

As terras ao Norte do Paraná se tornaram território Kaingang a partir do final do “século XVII; quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná” (MOTA, 2009, p. 84).

Geograficamente, essas terras se situavam no 3º planalto, portanto, se localizavam num nível bem acima do nível mar. Os Kaingang tinham a preferência por lugares altos, como o Planalto Central do Paraná, justificada pelo ideia do “dilúvio<sup>2</sup> que submergiu as terras que estavam em níveis inferiores próximas do mar. Esse fato os levou a habitar nas proximidades de Krinjijimbé entendida como a Serra do Mar, oferecendo segurança das inundações. E, de acordo com a mitologia, surgiu daí a preferência dos Kaingang por lugares altos no interior do Estado” (TOMMASINO, 2011, p. 12).

O território Kaingang era “organizado por uma estrutura simbólica complexa” (LAPPE e LAROQUE, 2015, p. 33), estruturado também pelas sub-regiões sociais, ou seja, estabelecido pelas hordas indígenas que podem ser entendidas como uma unidade familiar extensa, isto é, existia um toldo principal que se localizava no centro, que era liderado por um cacique, como o patriarca da família, que administrava todas as outras aldeias que se localizavam “em torno da aldeia principal, as quais se constituíam numa certa distância entre si. Essas aldeias eram ligadas por “picadas abertas na mata e cada uma também era administrada por um cacique subordinado” (CURTA, 2011, p. 19); assim se compunha uma unidade sociológica política entendida como uma sub-região social dos Kaingang.

O território dos Kaingang não era definido por fronteiras físicas, compreendia um amplo espaço natural, marcado por “matas, campos, rios, serras, capoeiras, baixadas. Os rios

---

<sup>2</sup> Entre tantos mistérios no mundo, a história do dilúvio é mais um fenômeno muito interessante. A história mitológica não é contada apenas por um povo na história. Como explicar a história do dilúvio criada por povos tão distintos culturalmente e que habitavam em lugares distantes entre si e que nunca haviam se cruzado? Parece-me que se pudéssemos tentar encontrar uma resposta a essa argüição, seria uma tentativa audaciosa. Será que o fato de todos nós termos saídos do mesmo lugar, ou seja, de um mesmo Continente, carregamos as mesmas essências na veia? Será que é por isso que construímos mitos de origens, teorias que tentam explicar as nossas origens? Será que vem da mesma matriz a nossa ignorância, intolerância, a nossa violência física ou simbólica, a falta de respeito, consideração pelo outro que é diferente de nós? Será que é por isso que nadamos há milênios como peixes fora da água para correr atrás de algo que está tão distante de nós, quando na verdade está tão próximo? Por que há milênios criamos e nos orientamos por coisas tão próximas e estamos tão distantes? É evidente que saímos do mesmo lugar, o mito pode afirmar, é por isso que ainda que estivéssemos em culturas diferentes, éramos iguais, sentíamos as mesmas coisas, na verdade tínhamos um desejo, que no início pertencia ao todo. Nossa ganância pelo monopólio do poder fragmentou esse desejo. As fissuras que nos separam se tornaram profícuas e latentes. O abismo que nos distancia é profundo, e dificilmente será preenchido, pois o nosso ego é tão forte que não nos deixa ver a essência de nada.

podem ser grandes ou pequenos, podem ter cachoeiras ou corredeiras” (LAPPE & LAROQUE, 2015, p. 62). No espaço limpo ficava a casa ou aldeia. Nesse lugar os Kaingang preparavam seus alimentos, faziam fogo no chão e confeccionavam o artesanato.

As terras ao Norte do Paraná no século XIX estavam organizadas por hordas indígenas, entre elas, a do,

*cacique Aropquimbé composta por 24 homens adultos, 27 mulheres e 17 crianças. Também a horda do cacique Cauve, a qual era integrada por 37 homens e 27 mulheres; e ainda a horda do cacique Gregório com 32 homens, 26 mulheres e 29 crianças (CIMITILLE, 1869, p. 4).*

Entretanto, essas hordas se encontram divididas entre metades, ou seja, algumas hordas pertenciam aos Kamés e outras aos Kaurus<sup>3</sup>,

*estes são heróis culturais que dão o nome às metades Kaingang, são eles que, no transcorrer do mito criaram os seres da natureza. “Kanyerú fez cobras, Kamé, onças. Este fez primeiro uma onça e a pintou, depois Kanyerú fez um veado. Kamé disse à onça, come o veado, mas não comeu. Depois ele fez uma anta, ordenando lhe que comesse gente e bichos. A anta, porém não compreendeu a ordem. Kamé repetiu-lhe anta duas vezes em vão; depois lhe disse, zangado<sup>4</sup>: vais come folhas de urtiga, não prestas para nada. Os irmãos mitológicos Kamé e Kairu, não apenas criaram os seres da natureza, mas também as regras de conduta para os homens da sua etnia, definindo a fórmula de recrutamento das metades (patrilineares) e estabelecendo a forma como as metades deveriam relacionar-se (exogamia). O dualismo expressado no mito de origem Kaingang, apresenta duas propriedades classificatórias fundamentais. Em primeiro lugar, o dualismo Kamé e Kairu oferece um sistema de classificação abrangente, totalizante aos seres da natureza, incluindo os homens, possuem a marca das metades e carregam valores a elas associados, tais como: forte/fraco, alto/baixo, ímpeto/persistência. Em segundo lugar, o dualismo Kainagn, em seu registro mitológico, oferece uma fórmula de organização social através do estabelecimento de regras de descendência e de casamento (PETRY, 2010, p. 21).*

---

<sup>4</sup> Kamé e Kairu, uma mitologia criada pelos Kaingang para explicar a existência dos fenômenos esculpidos pelo universo dividida em metades. A citação que narra sobre o mito de Kamé e Kairu, expressa certa desobediência dos elementos engendrados por seus preceptores. Essa perspectiva nos faz lembrar da desobediência de Eva e Adão, fato que lhes custou a expulsão do paraíso. Outra vez, nos deparamos com mitologias que narram fatos muito similares entre povos muito distintos culturalmente, e que habitavam em lugares longínquos, sem a prévia noção da existência entre si.

Em grande medida, as disputas ocorriam entre as hordas indígenas na reivindicação do monopólio do poder sobre o espaço para a construção de uma aldeia, como também por mulheres.

### **Considerações Finais**

Essas discussões nos propiciaram abordar que a violência é uma prática social, que esteve presente em todas as sociedades, e que ela pode ser entendida de várias formas, como a física e simbólica, a legítima e ilegítima, a benéfica e maléfica e ainda a primitiva e modelada. Observamos que todas as pessoas já nasceram violentas, e no decorrer do tempo, o ego de cada sujeito passou a ser moldado de acordo com a sua cultura, assim como na sociedade Kaingang no século XIX, que modelava o ego dos seus integrantes de acordo com os seus princípios culturais.

### **Referências**

ALMEIDA, B. da G. Maria. **A Violência na Sociedade Contemporânea**. EdiPUCRS- Editora Universitária da PUCRS, Porto Alegre, 2010.

BASILE, B. Ítala Irene. **Lideranças Indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguai**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1992.

CIMITILE, F. L. Hordas Kaingang. **Catálogo de Documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial 1853-1870**, Arquivo Público do Paraná, Curitiba v. 03, p. 01-05, 2007. Acesso em: 06/03/1869.

CLAUDINO, K, Zaqueu. **A formação da pessoa nos pressupostos da tradição educação indígena Kaingang**. Universidade Federal do Rio grande do Sul Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em educação-PPGEDU, 2013.



CURTA, C. Jussara. **Continuidade e Mudança do Território Kaingang do Rio Grande do Sul: um estudo do aldeamento de Nonoai**. 2012, f. 33. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2012.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: UNESP, 1990. P. 9-90.

LAPPE, E. LAROQUE, de S. Luís. **Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá**. Revista, Desenvolv. Meio Ambiente, v. 34, p. 147-156, ago, 2015.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Ed. rev. Maringá: Eduem, 2009.

MUCHEMBLED, Robert. **História da Violência do fim da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PETRY, Livia. **O papel do mito na narrativas orais dos Kaingang na Bacia do lado Guairá, Porto, RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TOMMASINO, Kimiye. **Os Kaingang e os Guarani no Paraná: inimigos míticos no passado, aliados políticos no presente**. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

